Opinião do GLOBO

Frustração com receitas do Carf ameaça meta fiscal

De janeiro a agosto, arrecadação com litígios atingiu apenas 0,22% do projetado no Orçamento, diz TCU

O governo deveria prestar a devida atenção ao alerta emitido pelo Tribunal de Contas da União (TCU) sobre o risco de a meta fiscal deste ano não ser cumprida. Uma análise do corpo técnico sobre os resultados fiscais e a execução orçamentária e financeira da União no terceiro bimestre constatou incertezas na arrecadação, em especial nas receitas do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), organismo responsável por julgar, na esfera administrativa, as disputas entre contribuintes e Receita Federal. Até o ano passado, as votações que acabavam empatadas eram decididas em favor dos contribuintes. Depois da mudança aprovada no Congresso em agosto, a balança ficou favorável ao Fisco. Na época, a equipe econômica não escondeu o otimismo sobre a possibilidade de alavancar a arrecadação.

A mensagem do TCU agora é que as estimativas precisam ser refeitas. Ainda no ano passado, a projeção de receita proveniente do Carf em 2024 era de R$ 54,7 bilhões. A cada avaliação bimestral, a previsão foi revisada para baixo. No primeiro bimestre, estava em R$ 49,6 bilhões. Na atualização do terceiro, R$ 37,7 bilhões. Hoje está claro que essa quantia não é realista. De janeiro ao início de agosto, a arrecadação atingiu, menos R$ 83,1 milhões, ou 0,22% da última projeção. É evidente que o governo não arrecadará os restantes 99,78% em apenas cinco meses. O TCU acionou o alarme para dizer o óbvio: se entrar menos dinheiro no caixa e as despesas forem mantidas como planejado, o rombo nas contas públicas será maior que o previsto.

À Presidência e à equipe econômica, a situação impõe dois desafios. O Planalto é estender como a estimativa inicial errou o alvo de forma tão escandalosa. Parece evidente que as projeções não levaram em conta os prazos entre decisões favoráveis à Receita e a regularização do pagamento de tributos. O valor que cabe ao governo depende da judicialização. Contribuintes que perdem no Carf e discordam têm a opção de levar o caso à Justiça. Mesmo quem acata a decisão e se compromete a pagar pode usar créditos com o Fisco para saldar a quantia devida, sem efeito nas contas do governo. Daqui para a frente, seria aconselhável refazer os cálculos considerando essas variáveis com limites mais realistas.

O segundo e mais relevante dos desafios é encarar a urgência de rever os gastos públicos. Oficialmente, a meta fiscal é fechar 2024 com déficit zero, com margem de tolerância de 0,25% do PIB, equivalente a cerca de R$ 30 bilhões. Na prática, o governo não tem mirado no centro da meta, mas no limite permitido (fato já criticado anteriormente pelo TCU). Qualquer erro de estimativa pode, portanto, ser fatal. O agravante é que o Planalto tem todas as informações à seu dispor. As projeções do Carf não são ajustadas à realidade porque o governo quer evitar o contingenciamento maior de recursos. O alerta do TCU é uma tentativa de jogar luz sobre esse jogo de faz de conta. O governo jura ter responsabilidade fiscal, mas reluta em cortar despesas para cumprir a meta que ele próprio criou e prometeu entregar ao final do ano.

Combate ao fogo exige articulação melhor entre Executivo e Legislativo

Não adianta liberar verbas que não chegarão aonde são necessárias nem aprovar leis que não serão cumpridas

Diante da perplexidade com a proliferação de incêndios em florestas e outros biomas, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se reuniu com ministros e os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). O ministro da Casa Civil, Rui Costa, recebeu no Palácio do Planalto uma comitiva de governadores para discutir o combate ao fogo. Lula publicou uma Medida Provisória liberando R$ 514 milhões contra os incêndios, com base na decisão do Supremo Tribunal Federal autorizando o governo a excluir os gastos das regras fiscais.

Mas o combate às queimadas depende, antes de tudo, da punição a quem as provoca. Apesar de o Brasil ter registrado mais de 190 mil focos de incêndio neste ano e de parte substancial ser resultado de ações criminosas, em 2024 foram abertos apenas 56 novos processos por incêndio florestal em todo o país. "A sensação hoje é que o crime ambiental compensa", disse ao GLOBO Maurício Guetta, advogado do Instituto Socioambiental (ISA). Para o incêndio florestal criminoso, a legislação estabelece de dois a seis anos de prisão, ou de seis meses a um ano quando não há comprovação de intenção. É comum juízes trocarem o regime fechado por prestação de serviços comunitários ou fornecimento de cestas básicas.

Vídeos que mostram a ação dos incendiários reforçam a necessidade de penas mais duras para pôr fim a isso. E o que defende a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, com apoio de Rui Costa. Pacheco diz temer o "populismo legislativo" e considera que, no momento, os incêndios não exigem ação do Congresso. Lira afirma se preocupar com a contaminação ideológica do debate. Mas o Legislativo não pode se esquivar. Nos últimos tempos, os parlamentares têm sido ofertores para aprovar qualquer flexibilização das leis ambientais em benefício da bancada ruralista. Ao mesmo tempo, as comissões de Meio Ambiente da Câmara e do Senado têm ignorado os incêndios. Como revelou O GLOBO, desde julho, quando já havia graves focos de fogo, a da Câmara deu andamento a um projeto que homenageia o sapo cururu e debateu a guarda compartilhada de pets, enquanto a do Senado aprovou apenas um texto sobre preservação ambiental. O próprio Pacheco admite que a Casa deve pelo menos debater o assunto.

Depois de tragédias, é comum o governo liberar recursos ou discutir novas leis. A questão é saber se elas serão cumpridas, se o dinheiro chegará ao destino e cumprirá os objetivos. As queimadas espalharam fumaça sobre 60% do território nacional, e houve incêndios até nas regiões metropolitanas de Rio e São Paulo. Os danos totais estão por ser levantados. Na economia, o impacto será grande, com efeitos da devastação de lavouras na inflação e provável retaliação às exportações do agronegócio brasileiro em razão da leniência com criminosos. A questão requer articulação entre União, estados e municípios, de modo que os recursos sejam gastos onde são necessários, e rápido. Executivo e Legislativo devem superar suas divergências para que, juntos, estejam à altura do desafio.

Artigos

MERVAL PEREIRA

Ao gosto do freguês

As reviravoltas que o candidato à reeleição na prefeitura de São Paulo, Ricardo Nunes, tem dado na campanha eleitoral paulistana é digna de uma análise mais profunda. Na mais recente, numa ação quase desesperada para resgatar os eleitores bolsonaristas que estão com Pablo Marçal, o prefeito de São Paulo declarou arrependimento por ter apoiado a obrigatoriedade da vacinação contra a Covid-19, e defendeu a anistia aos golpistas de 8 de janeiro.

Houve um momento em que parecia que Nunes se livraria de Bolsonaro para ser o responsável de sua própria campanha, tamanha a diferença entre sua máquina eleitoral e a de Marçal, sem tempo de televisão e sem apoio partidário de peso. Bolsonaro, por sua vez, teria apoiar abertamente Nunes, com receio de que Marçal lhe tirasse a liderança entre os seguidores mais radicais. Nunes não era o candidato dos sonhos de Bolsonaro, segundo o próprio declarou, e também dos bolsonaristas, que viam em Marçal a expressão mais verdadeira do movimento.

O fato é que o segundo turno paulistano parece se encaminhar para um duelo entre Nunes e Boulos, e o prefeito vai precisar agradar essa parcela mais radical do bolsonarismo para garantir os votos que lhe darão a vitória, segundo as pesquisas eleitorais. Também Bolsonaro cobra de Nunes posição mais firme para sair de sua dubiedade. Quem se destacou nessa campanha foi o governador Tarcísio de Freitas, que desde o início manteve-se firme no apoio a Nunes, mesmo quando defendeu o voto nulo em caso de um segundo turno entre Boulos e Marçal.

"Contra a esquerda não há voto nulo" advertiu o vereador Carlos Bolsonaro, obrigando o governador a recuar.

O segundo turno parece se encaminhar para um duelo Nunes e Boulos, e o prefeito vai precisar agradar à parcela mais radical

A cadeirada de Datena deu uma organizada na disputa, mesmo à revelia do apresentador, que apenas reagiu a um ataque que teve em uma ferida dorsal ainda não cicatrizada, a acusação de ter assediado sexualmente uma funcionária. Datena queria apenas se vingar, mas expôs ao público a faceta fanfarrona do candidato Marçal, que se vitimiza, fingiu uma consequência mais grave do que a realidade da cadeirada que levou, se refugiou numa inútil ambulância para ir para o hospital em uma encenação de seu próprio marqueteiro, como confessou mais tarde.

Depois da péssima repercussão, Marçal agora tenta posar de bonzinho, enquanto Nunes radicaliza sua performance para tirar de Marçal seus eleitores radicais. O cientista político Uriel Fanelli, em seu livro "Populismo e Negacionismo" da editora Appris, mostra a ligação entre os dois movimentos políticos, e a frase de Nunes sobre a vacinação é a maior prova empírica da tese do autor. A perpetuação no poder é o objetivo do populismo, e ser contra o estabelecido, seja na política, seja em outro campo, como o do aquecimento global, dá aos populistas uma bandeira antissistema que move a insatisfação popular.

Ao prefeito Ricardo Nunes foi exigida uma demonstração pública de adesão à parte mais obscura do bolsonarismo, a que causou mais de 700 mil mortes pela Covid-19. Em uma espécie de servidão voluntária, Nunes atravessou a rua para escorregar na casca de banana jogada por Bolsonaro, e perdeu o selo de qualidade que sua suposta neutralidade lhe dava entre os eleitores mais equilibrados.

Embora as pesquisas de opinião demonstrem que o prefeito tem vantagem folgada contra Boulos em provável segundo turno, essa mudança radical de comportamento pode lhe tirar votos dos centristas. Sua vantagem é que a imagem de moderação que Boulos tenta passar desde o primeiro momento de sua candidatura não casa com seu histórico político e, entre os dois, o radicalizado Nunes tem mais a ganhar do que o radical Boulos amansado. Os candidatos mudam ao gosto do freguês, o eleitor, fazendo com que o voto acabe sempre enganado.

GRUPO GLOBO

Principais editoriais do Grupo Globo: http://oglobo.bo/ed_edit

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE: João Roberto Marinho
VICE-PRESIDENTE: João Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

O GLOBO

DIRETOR GERAL: Rodrigo Dephino Bacchi
DIRETOR DE REDAÇÃO E CONTEÚDO RESPONSÁVEL: João Sorge
DIRETORES EXECUTIVOS: João Sorge, Bruno Dephino, Cláudio Bacchi, Fernando Neves, Rafael Marinho, Thiago Marinho, Luiza Marinho e Paula Cabral Marinho
DIRETOR COMERCIAL: Miguel Calmon
DIRETOR DE OPERAÇÕES: João Sorge

Rua Marquês de Pombal, 25 - Cidade Nova - Rio de Janeiro, RJ
CEP 20.230-240 - Tel.: (21) [redacted]

CD TEMÁTICO
Política e Mundo: Thiago Prado
Rio: [redacted]
Economia: [redacted]
Mundo: [redacted]
Saúde: [redacted]
Segunda Feira: [redacted]
Esportes: [redacted]
Fotografia: [redacted]
Novos Conteúdos: [redacted]
Audiência: [redacted]
Acervo e Gestão de Ativos: [redacted]

SUCURSAIS
Brasília: [redacted]
São Paulo: [redacted]

ATENDIMENTO AO LEITOR
[redacted]
Telefones: [redacted] (capitais e grandes cidades)
[redacted] (demais localidades)
WhatsApp: (21) 4002-5300
Telegram: (21) 4002-5300

ASSINATURA DIGITAL
[redacted]

SUCURSAIS DE BANCA
Rio de Janeiro: [redacted]
Demais Estados: [redacted]

ATENDIMENTO AO ASSINANTE
[redacted]

FALE COM O GLOBO
Geral: (21) [redacted] Classificados: (21) [redacted]
Anúncios Avulsos: [redacted]

AGÊNCIA E ALUGUEL DE HOTEIS: [redacted]
(21) [redacted]
Projetos: (21) [redacted]

PUBLICIDADE: [redacted]
(21) [redacted]
(21) [redacted]
Impressões e Serviços: (21) [redacted]
Digital: [redacted]
(21) [redacted]

CERTIFICADO FSC
CARBON FREE